

## *Revista A Seara e o debate sobre a inserção da Igreja Assembleia de Deus na política partidária (1956-1958)*

André Dionei Fonseca <sup>1</sup>

DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v13i37.52164>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo analisar a iniciativa pioneira de João Pereira de Andrade e Silva e Joanyr de Oliveira no fomento ao debate sobre a relação entre Igreja e política nas páginas de *A Seara*, revista que teve sua circulação iniciada em setembro de 1956 pela Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD). Nossa intenção é demonstrar que, embora a maioria da liderança da Assembleia de Deus (AD) fosse, naquele contexto, hostil à participação da Igreja na arena política, havia alguns membros e líderes que viam sua inserção no âmbito político como algo urgentemente necessário. Mostraremos também que a reação da CPAD, em face desse ousado projeto editorial de *A Seara*, foi bastante contundente, resultando no desmonte da equipe que havia desenhado as linhas editoriais mestras do periódico, quando de sua fundação. A importância dessa reflexão está na possibilidade de podermos conhecer uma importante faceta da história da relação da AD com a política que ainda foi muito pouca estudada, levando-se em consideração que a maioria das pesquisas sobre as articulações eleitorais dessa Igreja está concentrada no contexto de abertura democrática dos anos 1980, e que os poucos trabalhos que pretenderam analisar as relações da AD com o mundo da política, antes desse período, deram destaque às vozes predominantes, que defendiam uma postura de respeito da Igreja aos “poderes temporais”, sem qualquer inserção político-partidária.

**Palavras-chave:** pentecostalismo, política, Assembleia de Deus, revista *A Seara*.

**The magazine *A Seara* and the debate on the insertion of the Assembly of God church in the party politics (1956-1958)**

<sup>1</sup> Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Professor do curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0220-5117>. Email: [andredionei@yahoo.com.br](mailto:andredionei@yahoo.com.br)

**Abstract:** This article aims at analyzing the pioneering initiative of João Pereira de Andrade e Silva and Joanyr de Oliveira in the promotion of the debate on the relationship between Church and politics on the pages of *A Seara* magazine, which started to circulate in September of 1956 and was published by the Publishing House of the Assemblies of God (Casa Publicadora das Assembleias de Deus - CPAD). Our intention is to demonstrate that although most of the leaders of the Assembly of God church were hostile to the participation of the church in the political arena in that context, there were some members and leaders who saw their entry in the political sphere as something absolutely essential. We will also show that the reaction of the CPAD to this audacious editorial project of *A Seara* was highly forceful, resulting the dismantling of the team who had designed the conductive line of the editorial policy of the magazine at its foundation. The importance of this critical reflection lies on the possibility of knowing an important aspect of the history of the relation of the Assembly of God church with the politics which has been very little studied, considering that most of the researches on the election articulations of this church is concentrated on the context of the democratic opening in the 1980s, and that the few papers which intended to analyze the relationship between the Assembly of God and the world of politics before that period highlighted the predominant voices who defended that the church should respect the “temporal power”, without any party political insertion.

**Keywords:** Pentecostalism, Politics, Assembly of God, magazine *A Seara*.

### **Revista *A Seara* y el debate sobre la inserción de la iglesia Asamblea de Dios en la política partidaria (1956-1958)**

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo analizar la iniciativa pionera de João Pereira de Andrade e Silva y Joanyr de Oliveira en el fomento del debate sobre la relación iglesia y política en las páginas de *A Seara*, una revista que comenzó a circular en septiembre de 1956 por Casa Publicadora de las Asambleas de Dios (CPAD). Nuestra intención es demostrar que, aunque la mayoría del liderazgo de la Asamblea de Dios (AD) fue en ese contexto absolutamente hostil a la participación de la iglesia en la arena política, hubo algunos miembros y líderes que vieron la inserción de la iglesia en la esfera política como algo urgentemente necesario para Iglesia También mostraremos la reacción del editor y el liderazgo de AD frente a este audaz proyecto editorial de *A Seara*. Finalmente, enfatizamos que la importancia de esta reflexión radica en la posibilidad de poder conocer una faceta importante de la historia de la relación de AD con la política, que todavía está muy poco estudiada, teniendo en cuenta que la mayor parte de la investigación sobre las articulaciones electorales de esta iglesia se concentra en constituyente de 1986 y en el

período posterior a la Constitución de 1988 y que las pocas obras que pretendían analizar las relaciones de AD con el mundo político antes de la década de 1980 resaltaban las voces de los grupos predominantes que defendían una postura de respeto de la iglesia a los "poderes" "pero sin ninguna inserción política partidista.

**Palabras clave:** Pentecostalismo, Política, Asamblea de Dios, revista *A Seara*.

*Recebido em 12/02/2020 - Aprovado em 23/03/2020*

## **Introdução**

A reportagem de capa da edição de junho de 2016 do jornal *Mensageiro da Paz*, órgão oficial das Assembleias de Deus (ADs) no Brasil, teve como destaque: “voto dos evangélicos decide *impeachment*: bancada evangélica representou 21% dos votos na câmara”.<sup>2</sup> Essa manifestação, em tom comemorativo à aprovação da admissibilidade do processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, é um rematado exemplo de que a atuação dos evangélicos na política não pode ser compreendida como o resultado do voluntarismo isolado de alguns membros ou pastores das Igrejas. Longe disso. O que se vê é que essa participação, cada vez mais incentivada, faz parte de um amplo projeto que tem como esteio o voto de um grande contingente de eleitores que, nas urnas, mostram-se muito fiéis aos “irmãos” e às “irmãs” candidatos.

A corrida dos evangélicos rumo ao Congresso Nacional, como diversos estudiosos demonstraram, teve início ainda nas eleições para a Assembleia Constituinte no final de 1986, e, de lá para cá, eleição após eleição, os evangélicos têm investido sistematicamente no voto de seus membros e simpatizantes. E a estratégia tem dado certo. Como bem se sabe, os evangélicos representam hoje uma força eleitoral tão decisiva que chega a ser impossível estabelecer um cálculo eleitoral abrangente para os pleitos majoritários e proporcionais sem considerar o peso desse grupo de votantes.

Mas é preciso esclarecer que nem sempre essa foi a lógica seguida por essas Igrejas, especialmente pela AD,<sup>3</sup> cuja liderança, até o processo de abertura democrática dos anos 1980, majoritariamente rechaçava o envolvimento da Igreja com a política (FONSECA, 2014). O *Dicionário do Movimento Pentecostal*, no verbete “Política”, esclarece

<sup>2</sup> *Mensageiro da Paz*, ano 86, n. 1573, p. 1, jun. 2016.

<sup>3</sup> Estamos nos referindo à Igreja Assembleia de Deus (AD), que iniciou suas atividades no Brasil em 1911, por iniciativa de dois missionários suecos, Daniel Högberg e Gunnar Adolf Vingren. Trata-se de uma instituição religiosa do ramo evangélico, vinculada ao pentecostalismo. Portanto, todas as referências à “AD”, neste texto, dizem respeito ao coletivo de ministérios unidos em torno da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB). Mais informações sobre as filiações ministeriais das ADs, ver Correa (2015, p. 99-129).

que, até a década de 1980, havia no interior da AD “grupos conservadores” que consideravam a política como “coisa do mundo” e que “cada vez que as eleições se aproximavam, principalmente, radicalizavam dizendo que ‘política [era] coisa do diabo’ e que os crentes não pod[iam] se envolver com ela” (ARAÚJO, 2007, p. 703). De maneira geral, ainda segundo esse *Dicionário*, a visão contrária à política era predominante, caracterizando uma forma de “apoliticismo religioso”.

Paul Freston (1994) faz uma análise muito interessante, ao examinar essa postura da AD em relação à política. Na visão desse sociólogo, tal posicionamento tem suas raízes nas experiências dos missionários que fundaram a AD no Brasil, em 1911, os suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren, que conviveram no país do qual eram oriundos com uma realidade bastante distinta do quadro religioso estadunidense, em que a ascensão social era muito valorizada. Na Suécia, ao contrário do que ocorria nos Estados Unidos, as minorias religiosas eram duramente reprimidas e marginalizadas, e tanto Berg quanto Vingren, como batistas que eram, pertenciam a uma dessas minorias em um país em que o clero luterano detinha amplos poderes nas questões de Estado.

A perseguição dos luteranos era tão exasperada na Suécia que muitos batistas optaram por deixar o país em busca de liberdade de culto. Essa relação conflituosa com um governo que buscava em tudo constranger as coletividades religiosas minoritárias seria emblemática na formação dos missionários que fundaram a AD. É exatamente aí, segundo Freston, que estão arraigadas posturas tão próprias do pentecostalismo assembleiano, como a negação da esfera política e marginalização social e cultural. Acompanhemos parte da argumentação do autor:

[os missionários suecos] desprezavam a Igreja estatal, seu alto *status*, social e político e seu clero culto e teologicamente liberal. Desconfiavam da Social-democracia, ainda tingida pelo secularismo. Havia experimentado um Estado unitário no qual uma cultura cosmopolita homogênea não permitia à dissidência religiosa a construção de uma base cultural capaz de resistir à influência metropolitana. Por isso, eram portadores de uma religião leiga e contracultural, resistente à erudição teológica e modesta nas aspirações sociais. Acostumados com a marginalização, não possuíam a preocupação com a ascensão social tão típica dos

missionários americanos formados no denominacionalismo  
(FRESTON, 1994, p. 78).<sup>4</sup>

Desse modo, a experiência da realidade sueca, que impingia Berg e Vingren a manterem certo distanciamento das esferas políticas e sociais, moldou a postura de ojeriza à política que seria característica marcante da AD por várias décadas após sua fundação no Brasil. Mas há outro fator que, invariavelmente, deve ser adicionado a essa reflexão. Desde fins do século XIX, recrudesciam no ambiente protestante estadunidense ideias milenaristas, ou seja, de que o retorno de Cristo à Terra era iminente (STEIN, 2003, p. 493-515; BOYER, 2003, p. 516-544). Esse *apocalipticismo* acabou contribuindo ainda mais para aquele pensamento de reclusão social trazido na bagagem dos futuros missionários, um pensamento que, a partir de então, encontrava lastro em uma lógica bem simples: não havia tempo nem necessidade de o cristão envolver-se em demandas relacionadas com um mundo inescapavelmente fadado à danação eterna. Isso ajuda a explicar o porquê da centralidade do milenarismo na arquitetura teológica e doutrinária da AD e, conseqüentemente, a opção dessa instituição de manter-se afastada do âmbito político.

Nesse esforço de compreensão das implicações do milenarismo sobre a postura de rechaço da AD em relação à política, é indispensável o entendimento sobre o papel da dita “Segunda Vinda de Cristo” na estruturação mesma do cristianismo após o evento traumático do Calvário. Conforme Richard Henry Popkin, a crença na “Segunda Vinda” garantiu a manutenção da fé na figura de Cristo, uma vez que sua morte na cruz não se encaixava na profecia de um *messias* que deveria “triunfar” sobre os inimigos do povo judeu. Dessa maneira, o esperado triunfo do *messias*, descrito no livro de Isaías, teria sua culminância nesse segundo momento de Cristo no plano terrestre, ocasião em que seria estabelecido um reino de mil anos de paz e justiça — daí a designação “milenarismo” (POPKIN, 2001, p. 7).

Mas entender o milenarismo nesses termos não é suficiente, se o que queremos é localizar a fonte que abasteceu o *apocalipticismo* de Berg e Vingren. Para isso, é imprescindível que façamos um esclarecimento adicional, considerando que o milenarismo desdobrou-se em duas importantes vertentes, como esclarece Antonio Gouvêa Mendonça:

---

<sup>4</sup> Deve-se relativizar a ideia de ampla abertura do pentecostalismo estadunidense à política, pois, como nos mostra o historiador Gregory L. Schneide (2009, p. 133-134), as Igrejas pentecostais norte-americanas, entre elas a própria *Assembly of God*, diferentemente de outras instituições protestantes, participavam menos abertamente da política, inclusive de organizações anticomunistas.

A ideia do retorno de Cristo à terra teve duas interpretações: a pós-milenista e a pré-milenista. A primeira interpretação afirma que a volta de Cristo se dará após o milênio, que será conseguido pela ação normal da Igreja na história; a segunda afirma que Cristo virá e estabelecerá pessoalmente o seu Reino milenário antes do julgamento final da humanidade (MENDONÇA, 1984, p. 63).

O pós-milenismo, podemos assim dizer, tinha um olhar voltado mais para a *Terra* do que para o *Céu*, pois, de acordo com esse preceito, o Reino de Deus não seria algo sobrenatural, mas, sim, uma realização a concretizar-se na própria história da humanidade, um momento em que o reinado celestial se faria presente entre os homens como resultado do esforço da Igreja de Cristo para tal. Por isso mesmo, era uma vertente com certo tom secularizante, cuja plataforma de ação era chamada “Evangelho Social”, isso porque a Igreja deveria intervir na sociedade para cristianizá-la. Em outros termos, o que se propunha era uma forte ação social, especialmente por meio da educação, que fosse capaz de criar uma cultura geral a serviço do Reino de Deus (MENDONÇA, 1984, p. 63). No pré-milenismo, a compreensão era bem outra, a começar por sua idealização radicalmente sobrenatural, que tinha como corolário a separação entre a *Igreja* e o *mundo*, por estar o último irremediavelmente fadado à perdição. A iminência da volta de Cristo não era um componente a mais no conjunto de crenças das Igrejas pré-milenistas, mas, sim, um elemento central na estruturação teológica e doutrinária dessas instituições. A pregação, o estilo de vida, as formas de evangelização, a interpretação da Bíblia e a relação entre Igreja e sociedade eram todos elementos mediados pela concepção pré-milenista.

O pré-milenismo, conforme apresentado por Mendonça, dará as tinturas do que esse mesmo autor chamou “grande moldura do sistema de crenças pentecostal”, que, em seu entendimento, tinha como sustentáculo a ideia de oposição no mundo entre o *bem* e o *mal*, em uma luta contínua entre Deus e Satanás, o primeiro agindo em favor da manutenção da ordem no mundo, o segundo buscando sempre a desordem generalizada (MENDONÇA, 2008, p. 146). Dessa maneira, ainda segundo Mendonça (2008), os problemas da sociedade eram tomados como reflexo único do pecado em que jazia a humanidade. A solução, então, estava no milênio, que colocaria tudo em seu devido lugar. É por isso que toda busca de felicidade neste mundo era considerada um inútil esforço; a meta deveria ser sempre a bem-aventurança da alma no futuro, algo somente garantido pela cuidadosa observância dos ensinamentos bíblicos.

Daniel Berg e Gunnar Vingren seguiam a linha denominada *pré-milenista*, que conheceram no campo religioso dos Estados Unidos, e, quando em terras brasileiras, ambos moldaram suas mensagens missionárias em torno desse componente, que, em pouco tempo, tornar-se-ia elemento característico dessa instituição, personificado, entre outros, pela figura do pastor, que, em lugares públicos, distribuía folhetos de evangelização aos transeuntes e alertava-os da proximidade do fim do mundo em altissonante apelo.

Assim, este artigo tem como objetivo analisar como se deu o debate sobre a relação entre Igreja e política na revista *A Seara*, fundada em 1956 pela Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), considerando que os fundadores desse periódico, João Pereira de Andrade e Silva e Joanyr de Oliveira, deram-lhe uma lógica editorial na qual essa discussão tão proibitiva relacionada com a política passou a ser um tema preferencial de reflexão. Veremos que, embora a maioria da liderança da AD fosse, à época, absolutamente hostil à participação da Igreja na arena política, havia lideranças e membros que viam a inserção da Igreja na política como algo possível e necessário para sua sobrevivência na sociedade. Demonstraremos ainda que muitos dos argumentos apresentados em *A Seara* sobre a participação da Igreja na política e sobre sua força eleitoral, entre os anos 1956 e 1958, assemelham-se às justificativas utilizadas por aqueles que atualmente defendem a representação da AD nas instâncias políticas.

O artigo revela, dessa maneira, uma faceta pouco conhecida da relação da AD com a política, já que as principais pesquisas sobre esse assunto partem temporalmente da década de 1980, contexto em que muitas Igrejas pentecostais, incluindo-se aí a AD, deram uma guinada institucional rumo à política partidária, a fim de garantir espaço no ordenamento democrático que estava se estruturando com a Constituinte de 1986 e Constituição de 1988 (FREESTON, 1993; PIERUCCI, 1989). Além do mais, os poucos trabalhos que investiram na análise das relações da AD com o mundo da política, antes da década de 1980, deram destaque às vozes dos grupos predominantes, que defendiam uma postura de respeito da Igreja pelos “poderes temporais”, mas sem qualquer inserção político-partidária (D’AVILA, 2006).

### **A revista *A Seara***

Sobre a criação da revista *A Seara*, por iniciativa da editora CPAD, em setembro de 1956, o primeiro aspecto que deve ser observado é exatamente a década em que se deu a consecução desse projeto, pois, como aconselha Celso Almuíña Fernández (1989, p. 251), “*si el periódico es producto del contexto lo primero que habría que conocer es precisamente el contexto en que ese periódico, se genera. En otro caso estaremos impedidos de raíz para utilizar correctamente esta fuente*”.

Embora não seja nossa intenção realizar uma descrição pormenorizada dos acontecimentos sociais e políticos dos anos 1950, nos planos nacional e internacional, não há como deixar de apontar alguns elementos históricos sobre esse decênio, no qual o mundo ainda se recuperava das feridas abertas pela Segunda Guerra Mundial, e o Brasil de Getúlio Vargas (1951-1954) e de Juscelino Kubitschek (1956-1961), despendia grandes esforços para traçar um projeto de desenvolvimento para o país.

A década de 1950 foi um período de euforia e grandes expectativas em relação ao futuro da nação, pois o país, que buscava restabelecer a ordem democrática eclipsada pela sombra do Estado Novo, vivia um momento de considerável desenvolvimento econômico e de manutenção da ordem democrática, que estava garantida pela Constituição de 1946. Era uma sociedade em movimento, como classificou André Botelho (2008), guiada pelos intentos de dois governos, Vargas e Kubitschek, que, afora aspectos que os distanciavam, tinham certas semelhanças, especialmente na criação de instâncias de Estado capazes de acelerar o processo de industrialização do país (MELLO; NOVAIS, 1998).

Como todos os segmentos daquela sociedade que buscavam desenhar a seta que indicaria a modernização do Brasil, a imprensa também sentiu a força inercial da pressão que alcançava distintos segmentos sociais. Para a pesquisadora Marialva Barbosa, o *slogan* desenvolvimentista do Governo JK, dos “cinquenta anos em cinco”, também influenciou as redações dos grandes jornais, especialmente no Rio de Janeiro. Mas cabe lembrar que não foram somente os jornais que passaram por mudanças estruturais na quadra histórica dos anos 1950, uma vez que as revistas, dentro dessa mesma lógica, seguiram a rota mudancista, que parecia incontornável no plano estratégico das grandes empresas jornalísticas.

Foi nessa década, como indica Ana Paula Goulart, que as revistas ilustradas viveram seu tempo áureo, a exemplo da revista *Cruzeiro*, que, lançada em 1928, alcançou tiragens colossais, como na edição que tratou da morte de Getúlio Vargas, com seus 750 mil exemplares vendidos — um recorde que se sustentou absoluto por décadas.

Alzira Alves de Abreu vê também nessa década um momento “auge” no desenvolvimento do segmento revisteiro e dá destaque à revista *Cruzeiro*. De acordo com a pesquisadora, nesse período, em que uma nova estética foi assumida, com o emprego de fotografias e a utilização intensa da cor, a revista *Cruzeiro* tornou-se o meio de comunicação social mais importante do país (ABREU, 2008).

Foi exatamente nesse contexto que nasceu *A Seara*, no ano 1956, uma revista pentecostal publicada pela CPAD, fundada por iniciativa de um indivíduo ligado à militância político-partidária e secretariada por um jovem recém-converso que há pouco tempo havia se desligado dos quadros do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Desse

modo, não podemos deixar de considerar que a revista *A Seara*, embora tenha sido lançada com o selo oficial da editora assembleiana, nasceu pela iniciativa de dois indivíduos com traços biográficos muito incomuns, se comparados à maior parte dos quadros de liderança da Igreja: João Pereira de Andrade e Silva, então gerente da Casa Publicadora, e Joanyr de Oliveira, secretário-redator da revista. Este, um jovem de apenas 23 anos afeito à arte da poesia, com um passado comunista e alguma experiência na imprensa secular, alçado a um posto estratégico na editora oficial de uma instituição na qual a gerontocracia era determinante na escolha dos ocupantes de cargos de mando. Aquele, um professor de letras de apenas 34 anos, que não ocupava o cargo de pastor,<sup>5</sup> mas era muito conhecido nos círculos da AD pelo fato de ser professor de língua portuguesa e pelo exercício político como vereador pela cidade mineira de Itajubá, nas fileiras do trabalhismo petebista,<sup>6</sup> é bom que se dê destaque.

O objetivo precípuo do novo impresso era demonstrar que, entre os pentecostais, havia aqueles que se interessavam pela instrução formal escolar e universitária, existiam também apreciadores da arte, da literatura, da ciência, enfim, que muitos pentecostais tinham uma vida integrada a distintas esferas da sociedade. Nas páginas da nova revista, os idealizadores pensavam em dar voz a uma parcela dos membros e líderes da Igreja, sobretudo aos mais jovens e com maior escolaridade, que viam a necessidade de um esforço para “melhorar” a imagem dos pentecostais, considerada bastante estigmatizada (FONSECA, 2017).

Quer-se, para tanto, encontrar forma de dar destaque ao grupo de fiéis da AD, que reunia pessoas com instrução educacional, universitários de diversas áreas, profissionais bem-sucedidos, indivíduos com inclinação à literatura, à poesia, à arte e à cultura em geral. Mas não era só. Havia ainda uma proposta que se contrapunha diametralmente ao modelo teológico-doutrinário assembleiano naqueles idos da década de 1950: incentivar uma maior participação dos membros em atividades políticas, sindicais e agremiações estudantis. É o que o testemunho do secretário-fundador de *A Seara*, Joanyr de Oliveira, deixa claro quando, em livro de sua autoria sobre a história da AD, publicado no ano 1997, refere-se aos objetivos da revista:

---

<sup>5</sup> A hierarquia da AD é relativamente simples de ser compreendida. Na base da pirâmide, estão os auxiliares, os diáconos, os presbíteros e os evangelistas. No topo, estão os pastores e os chamados pastores-presidentes (aqueles encarregados do controle de um *campo* com várias igrejas dirigidas por pastores, que lhes devem obediência). Ressalta-se que as mulheres não têm acesso a nenhuma dessas graduações.

<sup>6</sup> João Pereira de Andrade e Silva foi diretor de um importante jornal do PTB na cidade de Itajubá (MG), o *Trabalhismo em Marcha*. Uma edição desse jornal, na qual se encontra essa informação, pode ser consultada em: <http://deputadoeuclidespcintra.com.br/com-mais-de-15-mil-votos-foi-reeleito-o-deputado-cintra/>. Acesso em: 12 maio 2016.

Quem acompanhou “A Seara” desde seus primeiros números sabe o que ela representou para as Assembleias de Deus, como portadora de ideias novas, as quais, uma vez concretizadas, foram trazendo a necessária abertura à denominação. Com a cobertura do prestigioso diretor e gerente da editora na época, João Pereira de Andrade e Silva, em suas páginas falou-se pela primeira vez no âmbito da igreja em congressos de mocidade e em institutos bíblicos, até então tidos como inadmissíveis. Nela enfatizava-se o valor da cultura, estimulava-se os jovens a estudar e divulgar notícias sobre formaturas e outros acontecimentos que serviam de incentivo para muitos. Os crentes eram convocados a ser o “sal da terra”, a influir na sociedade, a recusar o papel de alienados. A revista era usada como incontestável resposta às palavras depreciativas dos que apresentavam os pentecostais como incultos e obscurantistas. Os leitores eram convocados a buscar “primeiramente o reino de Deus e sua justiça” sem fugir de seus deveres de cidadãos. Ao revelar grande apreço pelos pastores e sem minimizar-lhes a colaboração, “A Seara”, abriu à mocidade o espaço de que carecia para sua iniciação nas letras (OLIVEIRA, 1997, p. 155-156).

Todos esses objetivos colocavam a revista em rota de colisão com um elemento muito caro à tradição assembleiana, que o pesquisador Gedeon Freire Alencar (2000) denominou “síndrome marginal”. No entender desse autor, essa “síndrome”, bastante enraizada entre os membros dessa Igreja na primeira metade do século XX, resultava de uma concepção positiva sobre a condição de marginalidade, como se estar à margem da sociedade fosse condição inerente ao “crente”. A posição periférica, nessa compreensão, não era considerada um “mal”, mas, pelo contrário, era tida como um aspecto de identificação com o Evangelho: “Portanto, essa sensação de escória do mundo [era] vista como ‘bênção’: ser marginal não [era] ‘ruim’, [era], pelo contrário, a identificação com o Evangelho” (ALENCAR, 2000, p. 128).

Foi exatamente contra essa lógica que o diretor e o secretário de *A Seara* investiram, tendo como ponto de partida uma longa matéria, que tratava de um eminente assembleiano chamado Antônio Torres Galvão, que analisaremos a seguir.

### ***Antônio Torres Galvão: “assembleiano, intelectual e político”***

Já na primeira edição de 1957, a redação de *A Seara* publicou um texto no qual a atuação de um político “crente” foi colocada em relevo como um modelo a ser aplaudido e seguido. Uma iniciativa até então sem precedentes nas páginas oficiais da AD. A matéria cuidava de apresentar o político assembleiano Antônio Torres Galvão (1905-1954), deputado estadual por dois mandatos em Pernambuco (1947, na Constituinte Estadual pelo Partido Social Democrático – PSD, reeleito em 1952 como deputado estadual mais votado) e que, com a morte do governador Agamenon Magalhães, acabou assumindo o governo de Pernambuco no ano 1952.

A matéria, deve-se salientar, não fez uma apresentação meramente descritiva da atuação política de Galvão. Muito mais do que dar apenas informações sobre a exponencial carreira política desse assembleiano, o texto tinha como objetivo justificar a importância da presença de pentecostais em cargos de destaque na sociedade. A mensagem que se queria transmitir era a de que os membros da Igreja, que alcançavam sucesso em suas carreiras profissionais, não deveriam ser vistos com desconfiança por estarem valorizando as “coisas do mundo”.

A interpretação era exatamente oposta a essa. Indivíduos bem-sucedidos tinham de ser vistos como instrumentos de enaltecimento do nome de Deus. É o que fica claro no trecho de abertura da matéria: “Homens há no seio da igreja, aos quais Jesus confia missões especiais e vitória lhes concede em todos os seus passos, a fim de que bem se hajam em seus labores, cujo alvo primordial é enaltecer o nome do Mestre.”<sup>7</sup>

Como se não existisse nenhuma suspicácia sobre as atividades políticas no interior da AD, a matéria afirmava, de maneira categórica, que o político assembleiano Antônio Galvão era um homem escolhido por Deus, um instrumento usado pelas “santas mãos do Senhor”. Destacou-se também sua capacidade de inserção entre grandes personalidades e pessoas cultas, conseguindo, mesmo assim, manter-se “sempre inflexível na sua crença, sempre inabalável em sua fé, sempre pentecostal”.<sup>8</sup> A grande lição, nesse caso, residia no fato de o ex-governador conseguir transitar nas altas instâncias de seu estado sem se deixar influenciar por ideias contrárias às doutrinas da Igreja, o que, por óbvio, relativizava a forte corrente de pensamento consolidada na AD de que a Igreja deveria manter-se à parte, para não se perder do verdadeiro alvo, que era garantir um lugar nas “mansões celestiais”.

Outro aspecto que ganhou destaque na matéria foi a trajetória de vida de Antônio Galvão, menino pobre, camponês, na juventude operário, que conseguiu

<sup>7</sup> Um pentecostal governou Pernambuco. *A Seara*, n. I-II, p. 15, jan./abr. 1957.

<sup>8</sup> *Ibid.*

alcançar o bacharelado em direito, tornou-se, posteriormente, deputado por dois mandatos — chegando a presidir a Câmara Estadual —, tendo ocupado ainda o cargo de governador de Pernambuco. Acompanhemos o relato:

Não foi sem muitos embates, persistência e principalmente não foi sem muita confiança no Senhor que o nosso irmão iniciou a sua marcha. Na infância fôra mero camponês, empunhando a enxada no cultivo da terra. Mais tarde tornou-se operário. Sempre estudioso e fiel ao Senhor, foi subindo vitorioso as escadas do progresso intelectual, chegando ao jornalismo, bacharelado-se em direito, e na vida da igreja dedicado e grande pregador alcançou o pastorado. Sua vida política foi plena de êxitos. Duas vezes elegeu-se deputado Estadual pelo Estado de Pernambuco; sendo o candidato mais votado passou a presidir a Assembléia Legislativa do Estado nordestino. Dr. Antônio Tôrres Galvão foi eloqüente orador político e inspirado pregador do Evangelho, figura de admirável prestígio, mormente no meio parlamentar e evangélico. Colaborou no “Mensageiro da Paz” e militou na imprensa pernambucana. Com o falecimento do governador Agamenon Magalhães assumiu o govêrno de Pernambuco. Como vimos, foi um humilde servo do senhor por êle preparado espiritual e intelectualmente a fim de fazer brilhar entre os homens doutos a luz do Evangelho e o calor e a firmeza da doutrina pentecostal. Há aproximadamente três anos partiu desta Terra para habitar na Glória com o Senhor.<sup>9</sup>

Esse pequeno excerto é muito revelador das inquietudes que impacientavam os editores de *A Seara*, e não somente pela escancarada deferência às atividades políticas do então já falecido Torres Galvão. O que merece um olhar mais aprofundado, nesse caso, são as mensagens do subtexto, a habilidade do redator de servir-se de alguns traços da biografia do político assembleiano para demarcar posição sobre aspectos incendiários na pauta de debate da AD.

---

<sup>9</sup> Ibid.

A começar pela origem humilde do personagem central da matéria, que não o impediu de ter ascensão profissional. Há aqui a primeira mensagem: ser adepto do pentecostalismo não significava ter de resignar-se a determinada condição social, nem mesmo tomar a pobreza como marca distintiva que preconizava a negação das “coisas vãs” deste mundo. O menino nordestino, pobre, que na infância manuseava a enxada, foi à luta, frequentou a escola, tornou-se operário e, degrau a degrau, chegou à universidade, para cursar o prestigiado curso de direito. As conquistas de Antônio Galvão foram descritas como resultantes da “persistência” de um jovem “sempre estudioso e fiel ao Senhor”, que primava por seu “progresso intelectual”, sem deixar, contudo, de dedicar-se à Igreja como pregador do Evangelho, fato que lhe teria garantido o acesso ao pastorado.

A segunda mensagem incutida nessa fala é bem clara e sintética: a opção pelo estudo em nada prejudicou a atuação do irmão Galvão em sua congregação, e seu preparo “intelectual” também não representou risco à sua fé. Aliás, essa indicação de que o jovem primava pelo “progresso intelectual” é um detalhe que merece ser sublinhado.

Na década em que essa matéria veio a público, os vetores da concepção teológica e doutrinária assembleiana apontavam em direção oposta ao formalismo educacional. Não é demais lembrar, igualmente, que esse assunto era um dos mais polêmicos entre a liderança da AD, visto que essa Igreja tinha um invejável quadro de pastores espalhados pelo Brasil flagrantemente marcado pela disparidade instrucional, isso porque a formação de pastores não fazia parte da tradição assembleiana, e qualquer proposta dessa natureza era vista como uma aproximação da AD com os protestantes históricos, como luteranos, batistas, presbiterianos, por exemplo.

Na visão do pentecostalismo assembleiano, a escolha dos pastores deveria obedecer a critérios “espirituais”, e não de preparo intelectual, como informa o *Dicionário do movimento pentecostal*: “Os pastores são aqueles que dirigem a congregação local e cuidam das suas necessidades espirituais [...] os pastores eram escolhidos, não por política, mas segundo a sabedoria do Espírito concedida à Igreja enquanto eram examinadas as qualificações espirituais do candidato” (ARAÚJO, 2007, p. 271). O pastorado, nesse ponto de vista, é considerado, antes de tudo, um “dom ministerial”, por isso a capacitação para atuar nesse tipo de cargo era concedida pelo Espírito Santo. Dessa maneira, o aludido preparo intelectual do irmão Galvão, em se seguindo a lógica da AD, era uma informação que pouco acrescia, pois o “intelectualismo”, além de não ser valorizado nessa Igreja, era visto, na verdade, como um problema, pelo formalismo que lhe era inerente.

Não obstante, o fecho da matéria cuidava de esclarecer que Galvão, intelectual assembleiano que sentou praça na política, era um “humilde servo do Senhor”, preparado

por Deus, tanto no âmbito espiritual quanto no intelectual, para representar a doutrina pentecostal entre os “homens doutos”.

A verdade, no entanto, é que a matéria, certamente por prudência, deixou de mencionar alguns fatos da biografia de Antônio Torres Galvão que o colocavam como uma figura ainda mais excêntrica nos quadros da AD. Essas informações omitidas estão no *Dicionário do movimento pentecostal* em verbete destinado ao eminente político assembleiano. Nesse dicionário, descobrimos que Torres Galvão nasceu em 1905, no município de Goianinha, estado do Rio Grande do Norte. Sua conversão ao pentecostalismo ocorreu quando tinha apenas 20 anos. Algum tempo depois, ele seguiu para Pernambuco e naquele estado casou-se com uma jovem pernambucana chamada Jenny. Fundou a AD de Abreu e Lima (PE) e deu início à sua vida política no Sindicato de Fiação e Tecelagem da cidade de Paulista (PE), entidade que representava funcionários de quatro grandes tecelagens que eram de propriedade das Casas Pernambucanas. Nessa atividade, o jovem Galvão ganhou notoriedade por seus constantes enfrentamentos com a poderosa família Lundgren, detentora da mencionada rede Casas Pernambucanas (ARAÚJO, 2007, p. 271).

Em consulta à pesquisa de José Sérgio Leite Lopes (2013, p. 73), encontramos informações adicionais bastante ilustrativas do militante que era Antônio Galvão: um presidente sindical atuante, que mantinha uma coluna de assuntos trabalhistas no jornal *Folha da Manhã* e que chegou até a ser preso pelo Exército, em 1944, durante uma dura campanha que, sob sua liderança, reivindicava o pagamento de horas extras sonegadas pelas fábricas têxteis.

Voltando ao *Dicionário do movimento pentecostal*, encontramos interessantes acréscimos no perfil intelectual do ex-governador. Ficamos sabendo, por exemplo, que ele era detentor de uma biblioteca com mais de mil livros e que dominava as línguas inglesa e alemã, tendo atuado como professor de português de engenheiros que vinham da Inglaterra e da Alemanha para realizar manutenção das máquinas das fábricas têxteis (ARAÚJO, 2007, p. 735-736).

Outro ponto saliente, que não pode ser ignorado, é que Antônio Galvão não tinha apoio institucional de sua Igreja para suas atividades, uma vez que, nesse período, a AD não referendava nomes para atuar na vida político-partidária. A trajetória política de Galvão enquadrava-se, perfeitamente, naquilo que Paul Freston denominou modelo de atuação política “autogerado” ou “autoimpulsionado”, ou seja, um modelo em que “um indivíduo evangélico que constrói uma projeção política, ou que já a possuía antes de se tornar evangélico, atua de maneira autônoma e faz um apelo aos evangélicos para que votem nele” (FRESTON, 2006, p. 11). Assim, não havia apoio formal da Igreja, nem uma atuação política, a rigor, em nome da instituição.

Por certo, como já afirmamos, o perfil desse assembleiano era bem discrepante, e é exatamente por isso que muitas dessas informações sobre a militância sindical foram mantidas fora da matéria de *A Seara*. Esses traços, tão marcantes da vida de Antônio Galvão, não eram de interesse das alas conservadoras majoritárias na AD. A prova disso está nas duas principais obras de história da Igreja. A de Emílio Conde (2005), *História das Assembléias de Deus no Brasil*, publicada em 1960, não menciona o ex-governador Galvão. A de Abraão Almeida (1982), com título homônimo ao do livro de Conde, menciona apenas que Galvão foi fundador da AD de Abreu e Lima.

Sobre esse silêncio na historiografia oficial da AD a respeito de um assembleiano tão proeminente no cenário político pernambucano, Osiel Carvalho (2014, p. 4) diz: “Uma das hipóteses para essa omissão de seu nome na história oficial da igreja, como deputado e governador, se explique pelo fato de Galvão ter sido ligado a grupos sindicais, além do discurso de aversão à política partidária adotado pelas Assembleias de Deus.”

Galvão era, paradoxalmente, um notório desconhecido nos meios assembleianos. Um homem de marcante expressão social em seu estado, que jamais abandonara sua fé nas doutrinas pentecostais, mas que, de militância em militância, ia acumulando olhares cada vez mais cismados com aquele seu voluntarismo nas atividades da esfera política.

A matéria sobre Antônio Torres Galvão, como não poderia ser diferente, teve repercussões. A uma delas o redator-secretário da revista, Joanyr de Oliveira, recorreu para tentar colocar a claro todos os mal-entendidos. Isso se deu na edição de julho/agosto de 1957, no espaço de interlocução com os leitores denominado *Em ar de conversa*. Para defender-se dos críticos que consideraram o texto sobre o ex-governador impróprio para as páginas de uma revista pentecostal, o secretário-redator centrou-se na carta de um leitor, cujo conteúdo não foi apresentado na íntegra. O missivista Ely Evangelista, da cidade paulista de Rancharia, dizia-se indignado com o texto “Um pentecostal governou Pernambuco”, que, em seu entender, destoava dos princípios evangélicos pela inobservância da seguinte premissa bíblica: “não ambicioneis coisas altas, mas acomodai-vos às humildes”.<sup>10</sup> Em sua resposta, Joanyr refutou essa tese com veemência:

o referido título [Um pentecostal governou Pernambuco] causa ao leitor a impressão de que nós vivemos à cata de poder temporal, sendo que, na realidade assim praticamos

<sup>10</sup> Em ar de conversa. *A Seara*, n. 4, p. 5, jul./ago. 1957.

quando as circunstâncias o exigem e Deus aprova. Conforme frisamos repetidamente na nota em foco, não era o Homem o principal alvo da nossa atenção, mas a obra que por intermédio dele foi por Deus realizada entre a intelectualidade pernambucana. Corre entre as igrejas co-irmãs a falsa crença de que os pentecostais constituímos um grupo de analfabetos, nada temos, nada fazemos, quando a verdade é muito outra. Tem Jesus levantado muitos homens cultos em nosso meio, professôres, jornalistas, advogados, etc., e temos procurado deixar claro isso. Demais, o nosso irmão que governou Pernambuco já está com o Senhor Jesus, e os elogios não chegariam até êle, que já não tem contacto com o mundo em que efêmeras vitórias se alcançam. Fizemos apenas justiça e mostramos aos irmãos da nossa e das demais igrejas que a obra de Jesus tem sido completa entre nós.<sup>11</sup>

O redator-secretário de *A Seara* estava, pelo que se lê, indignado com as críticas do leitor Ely Evangelista. No entanto, devemos compreender que a atenção despendida às reprimendas da missiva não se explica somente pelo cuidado da redação da revista em responder a um leitor insatisfeito, porquanto o próprio Joanyr de Oliveira poderia bem fazê-lo por meio de uma resposta remetida diretamente ao endereço do irmão Evangelista, uma atitude que evitaria polêmicas e estardalhaços em torno do assunto. Não foi o que se deu e por uma razão bem óbvia.

A carta do irmão Ely Evangelista sintetizava em poucas linhas um pensamento que estava calcado no modo de ser assembleiano daquele período, e, ao respondê-la em um espaço em que todo o público tomaria nota do debate, Joanyr encontrou a oportunidade perfeita de posicionar-se de maneira minimamente segura. De fato, a ocasião não poderia ser melhor! Não estava o redator-secretário “polemizando”, era apenas um ato de “consideração” da redação para com um leitor; o autor da carta não era pastor, missionário ou possuidor de qualquer outro título que o colocasse hierarquicamente acima do jovem que compunha a editoria da revista. Fosse o missivista detentor de algum cargo que lhe conferisse importância, certamente não seria “agraciado” com uma resposta tão incisiva e aberta ao público, como sucedeu.

---

<sup>11</sup> Ibid.

Acentue-se que o redator-secretário fez questão de ressaltar que a matéria sobre a vida de Antônio Torres Galvão não tinha o objetivo de incitar a busca do “poder temporal”, mas, sim, demonstrar que essa aspiração era justificável quando a Igreja se achasse pressionada em determinados contextos. Ele também lembrou que o foco da matéria era a obra que Deus havia realizado por meio do pastor Galvão entre a intelectualidade pernambucana, e não propriamente a figura do pastor, que, inclusive, já era falecido.

Outra característica a ser notada na resposta de Joanyr é que nela foi exposto, sem rodeios, um objetivo muito caro à revista: colocar-se contra a visão, especialmente por parte de outras Igrejas evangélicas, de que os pentecostais não passavam de um grupo de pessoas pobres, sem instrução e deslocadas da vida social. Para o redator-secretário, ao expor o exemplo do ex-governador de Pernambuco, que era pastor assembleiano, a revista estava prestando um grande serviço por demonstrar que havia entre os pentecostais homens cultos, que atuavam em diversas profissões, como professores, advogados, jornalistas e também na política.

Ao adotar esse posicionamento, Joanyr de Oliveira tentava não só justificar a presença da matéria sobre Antônio Torres Galvão, como também fundamentar a posição do periódico sobre a relação entre Igreja e sociedade, o que invariavelmente conduzia ao sempre tão controverso tema Igreja/política. O problema é que Joanyr seguiu uma rota argumentativa que dificilmente contribuiria para o convencimento daqueles que não admitiam nenhum tipo de promoção pessoal que fosse apoiado em aspectos profissionais e educacionais. Uma observação cuidadosa do texto-resposta indica uma dubiedade em sua linha de raciocínio. Vejamos.

Nas primeiras linhas, Joanyr tratou de tirar a pessoa do ex-governador do eixo central da matéria, indicando que o interesse ali era na obra que Deus havia realizado por meio da vida do pastor Galvão. Pouco depois, a argumentação tomou outro rumo, e o redator-secretário escancarou sua consternação, ao ver a imagem predominante dos pentecostais como “analfabetos” alheados da sociedade. Recordemos a frase presente na carta de Ely Evangelista: “não ambicioneis coisas altas, mas acomodai-vos às humildes”. Essa proposição, deve-se frisar, não estava deslocada da realidade, não era um arroubo isolado. Pelo contrário, a mensagem nela embutida corria os púlpitos das ADs por todo o país. Joanyr de Oliveira, em sua resposta ao descontente leitor, contudo, insistia que os pentecostais negassem essa condição de marginalidade, expondo à sociedade a formação plural desse agrupamento religioso, que tinha entre seus membros pessoas com prestígio social, amantes da cultura e bem-sucedidas em suas carreiras profissionais.

Com a resposta enviada aos devidos destinatários, diretor e redator-secretário deram um decisivo passo no número posterior da revista, setembro/outubro de 1957,

que coincidia com o primeiro aniversário do periódico. Dessa vez, entretanto, o assunto veio a público por meio de um texto que não era de responsabilidade direta da redação.

### ***Igreja/política na visão de um jovem leigo assembleiano***

Em setembro de 1957, a revista assumiu o ônus da publicação de um texto escrito por um jovem jornalista chamado Américo Davanzo, membro da AD de Votuporanga (SP). Com o insinuante título “O outro lado da realidade”,<sup>12</sup> o artigo de Davanzo propunha-se chamar atenção dos leitores e, em especial das lideranças sobre a urgente necessidade de a Igreja inserir-se nos domínios da política.

Antes da análise do conteúdo do artigo, consideramos importante apresentar alguns dados biográficos do jovem que o redigiu, com a ajuda de informações coletadas em seu *curriculum vitae*, que se acha depositado no Arquivo da Câmara Municipal de Votuporanga, não por ele ter exercido a vereança na casa de leis desse município, mas, sim, pelo fato de ter sido agraciado, no ano 1986, com um *Voto de Congratulação* e, em 1988, com a insígnia de Honra ao Mérito por suas atividades jornalísticas.<sup>13</sup>

A partir do currículo de Davanzo, tomamos conhecimento que ele nasceu no ano 1934, na pequena cidade de Uchoa, no estado de São Paulo. Não há informações, sobre sua adesão à AD, se foi por influência familiar ou por iniciativa própria, mas há várias menções sobre sua participação na AD de Votuporanga. Em termos de formação, o documento indica os cursos de 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> Graus, Curso Comercial Básico, Datilografia, Português, Chefia e Liderança, Jornalismo, Teologia, Mnemônica, Expansão do Potencial Pessoal, Parapsicologia. Como fica evidente, uma formação bastante eclética, composta por cursos de nível técnico e/ou profissionalizante. No que diz respeito à sua vida profissional, constam a atividade de balconista, entre 1944 e 1945, tipógrafo, entre 1950 e 1963, seguido da atuação em ramos comerciais.<sup>14</sup>

O que nos interessa desses dados é destacar que, à altura de 1957, quando seu artigo foi publicado em *A Seara*, Américo Davanzo não tinha ainda completos 23 anos e atuava como tipógrafo na Gráfica Brasil da cidade de Votuporanga, por isso mesmo seu nome apareceu na matéria sem qualquer referência sobre sua vinculação com a Igreja. Destacando apenas esses elementos, a atipicidade do signatário do texto salta às vistas, pois o que se vê é um jovem tipógrafo de uma cidade do interior cujas ideias sobre um tema tão polêmico foram parar nas páginas de um periódico oficial da AD. O atípico aqui se refere ao fato de que, em geral, se um assunto tão propenso a polêmicas fosse aceito

<sup>12</sup> O outro lado da realidade: devemos fugir da política?. *A Seara*, n. 5, p. 7-8, set./out. 1957.

<sup>13</sup> *Curriculum vitae* de Américo Davanzo. Arquivo da Câmara Municipal de Votuporanga. Siscam/Câmara Municipal do Município de Votuporanga.

<sup>14</sup> *Ibid.*

em um impresso da Igreja, deveria vir da pena de uma reconhecida liderança, devidamente resguardada nos âmbitos teológico e institucional.

Mas, ao procederem assim, deve-se reconhecer que o diretor e o redator-secretário de *A Seara* cumpriam, mesmo ciosos dos riscos de investir nesse tipo de abertura, a proposta que havia sido claramente exposta no primeiro número da revista: a de deixar o periódico aberto à opinião de todos os membros, com especial incentivo aos jovens, que, geralmente dotados de espírito opinático e loquaz, não encontravam espaço para expor suas ideias.

E foi o que fez, no alto de seus 22 anos, o jovem Américo Davanzo, ao chamar para si a tarefa de pôr em pauta um tema sobre o qual pairava grande silêncio. Seu texto, atravessado por reprimendas e com grande espontaneidade na tessitura das críticas, é testemunha de que sua idade e posição hierárquica não foram tomadas pelo autor como barreiras na exposição de suas convicções. Deu no que a editoria de *A Seara* esperava.

Américo Davanzo, conhecedor da Igreja da qual era membro, sabia do estranhamento que um artigo voltado a esse tema poderia causar nos leitores da revista, como fica explícito nas primeiras linhas de seu texto:

Talvez muitos dos leitores não julgassem em tempo algum, se deparar com assunto do tipo deste que vamos discorrer por esta vez. Todavia, o tema presente parece-nos e, cremos, parecerá a muitos, de grande significação e elevado objetivo, sendo que a sua redundância por demais beneficiaria a todas as correntes evangélicas brasileira, indistintamente, e em particular, às Assembléias de Deus. Feito o introito, entremos no mérito da questão.<sup>15</sup>

De início, pode-se notar o quanto a proposta defendida pelo artigo era inédita, a ponto de o autor reconhecer a possibilidade de muitos leitores serem tomados de surpresa quando topassem com seu artigo nas páginas de *A Seara*, e, para justificar a importância do assunto, declarou tratar-se de algo que interessava a todas as Igrejas evangélicas do país, mas em especial à AD, por sua notória oposição às propostas de aproximação da Igreja com o mundo da política. Seguimos a análise dando voz a Davanzo, que prosseguiu em seu caminho argumentativo nos seguintes termos:

---

<sup>15</sup> O outro lado da realidade: devemos fugir da política?. *A Seara*, n. 5, p. 7, set./out. 1957.

É sabido de todos, o grande movimento que tem sido encontrado nos últimos anos, no seio das igrejas no sentido de unificação geral, para a solução do complexo mas solúvel problema do apontamento e consequente escolha à eleição, de candidatos evangélicos para integrarem as tribunas legislativas da nação. Embora aparentemente não ser oportuna a época para se ventilar assunto desta espécie, a verdade é que êle é sempre atual, devido estarmos constantemente às voltas com movimentos eletivos. Escusado é dizer-se da importância que encerra tão grave problema, ou do papel e função que irão desempenhar nossos representantes. Para tanto, e no sentido de dar concreta solução ao caso em pauta, está sendo, ou será organizada, pelas igrejas diversas, uma liga, denominada Liga Eleitoral Protestante, cujo plano de ação é apontar e escolher os candidatos das igrejas várias, qualificar e dar as devidas instruções aos eleitores.<sup>16</sup>

É preciso recordar que a preocupação de Américo Davanzo em debater a posição da Igreja no cenário político do país dava-se em um contexto em que o Brasil experimentava um momento de ordem democrática, conturbado, é bem verdade, considerando-se que, entre 1946, ano da promulgação da Constituição, e 1956, pelo menos em três ocasiões houve sérias ameaças de golpe. Em 1957, no entanto, o governo de Kubitschek, mesmo sob a constante vigilância das Forças Armadas e de setores golpistas da sociedade civil nucleados na União Democrática Nacional (UDN), deixava a impressão de que o Brasil estava finalmente estabelecendo as bases nas quais seria assentada a ponte para um futuro de estabilidade econômica e democrática.

Não se pode perder de vista também o fato de que as leis eleitorais, que vieram no bojo da Constituição de 1946, davam centralidade aos partidos, único meio de apresentação de candidaturas, além, é claro, da obrigatoriedade do voto e do sufrágio universal. Todos esses elementos foram potencialmente importantes na configuração das articulações políticas realizadas pelos principais partidos de então (UDN, PTB, PSD), pois havia novos atores na política e uma contínua ampliação dos eleitores. Como destacou o historiador José Murilo de Carvalho, os partidos que surgiram com a deposição de Vargas em 1945, embora fossem fortemente marcados por influências

<sup>16</sup> Ibid.

regionais, conseguiram organizar-se nacionalmente e estabelecer, mesmo guiados pelo pragmatismo, alguns pontos programáticos bem definidos. Nas palavras de Carvalho (2001, p. 148): “Eram partidos no sentido moderno da palavra, e apenas necessitavam de tempo para criar raízes na sociedade.” Esse novo cenário abria uma nova janela para a participação popular na política, assim descrita por Carlos Fico:

O que vale destacar [no pós-Estado Novo] é a configuração, em novo patamar, da participação popular na política, a emergência paulatina de novos sujeitos históricos: operários, trabalhadores urbanos nas áreas de serviços, funcionários públicos de escalões inferiores, militares de baixa patente, remediados em geral e gente pobre, que evidentemente não se dissolvem amorfos nessa enumeração retórica, pois havia significativas diferenças entre a classe operária e os setores médios urbanos. Porém, eles vivenciavam, em comum, aquilo que a historiografia costuma chamar de “emergência política das massas”. (FICO, 2000, p. 170)

Quando inseridas nesse contexto, as proposições do jovem Davanzo têm todo sentido. Ele lembra os leitores da possibilidade de as Igrejas evangélicas marcarem presença nas casas legislativas e menciona até uma Liga Eleitoral Protestante, que estava se estruturando. Na busca de contornar a histórica ojeriza de sua Igreja à política, Davanzo propôs uma interessante reflexão: “O prezado irmão que nos lê, tem aversão por política? Eu também! Mas... precisamos dela.”<sup>17</sup> E prosseguiu na tentativa de demonstrar que, em sendo um “mal”, a política era um daqueles “males” necessários: “Sabemos que o falar em política, causa mesmo repulsa a muitos, e com alguns justos motivos, entretanto, atualmente, a questão se reveste de suma importância, e exige inadiável resolução de nossa parte.”<sup>18</sup>

Em seu modo de ver, havia um descompasso entre o número de membros da AD, que, segundo estimativa apresentada pelo autor, era da ordem de 400 mil

---

<sup>17</sup> Ibid.

<sup>18</sup> Ibid.

membros,<sup>19</sup> e o número de representantes nas instâncias políticas, uma situação que ele caracterizou como “lastimável”. E completou:

Urge, é tempo de se resolver tão sério problema! Compreendemos, irmãos! Uma realidade é não olharmos com bons olhos o entrosamento da igreja no que concerne à política, mas, há o outro lado da realidade, que é nos valermos dela, a política, como meio de asseguramos a nós e aos pósteros, a garantia de segurança, com a liberdade permanente de culto e de consciência, mantida através do esforço e coragem de nossos representantes, mormente nos conturbados tempos presentes, quando percebemos que, não as filosofias malsãs do ateísmo, mas as forças clericais [clericais] da maldade furtivamente estão procurando se apossar das rédeas dos poderes máximos da nação, a fim de fazerem valer os seu mais pérfidos intentos, o seu credo apóstata, o seu poder aniquilador.<sup>20</sup>

A proposta era bastante ousada. Utilizar-se da política em vez de relegá-la a um plano secundário ou negá-la completamente, como era bem próprio da postura assembleiana. O argumento utilizado pelo autor do artigo merece destaque pelo fato de inverter a lógica de ação da AD no enfretamento dos problemas terrenos, pois vê na política uma maneira de salvaguardar a Igreja das perseguições que poderiam vir das instâncias formuladoras das leis.

O problema dessa proposição é que a AD, tendo sofrido diversas perseguições nas primeiras décadas do século XX, acabou desenvolvendo uma forma bem peculiar de

---

<sup>19</sup> Deve-se relativizar a exatidão desse número apresentado por Davanzo, pois a AD sempre teve grande dificuldade em contabilizar seus membros. Há, na própria revista *A Seara*, um claro indicativo disso, mais exatamente no número de novembro/dezembro de 1956, no qual havia uma chamada com o seguinte teor: “Quantos membros contam as Assembleias? 350.000? 400.000? 500.000? – É difícil dizer-se o número de membros de nossa igreja. E por quê? Porque não temos tomado ainda a resolução firme de proceder à contagem, de norte a sul do país, dos crentes das Assembleias. Há irmãos que supõem ser uma transgressão a Deus fazerem-se recenseamentos nas igrejas. Mas no seu cuidado com a doutrina, sem o saber, são prejudiciais à própria igreja, pois os membros de qualquer entidade necessitam saber quantos a compõem [...]. Esta interrogação poderá ser facilmente respondida se todos os pastôres e dirigentes de trabalho se decidirem a nos ajudar nesse particular” (Quantos membros contam as Assembleias. *A Seara*, n. 2, p. 34, nov./dez. 1956).

<sup>20</sup> O outro lado da realidade: devemos fugir da política?. *A Seara*, n. 5, p. 7, set./out. 1957.

responder a esse tipo de repressão, que podemos sintetizar em dois vieses principais: 1) assumia uma postura de subordinação às autoridades constituídas, incentivando sempre que seus membros evitassem qualquer forma de exacerbação em relação aos governos; 2) mantinha-se ensimesmada e interpretava todo tipo de perseguição como algo inerente à condição cristã e como um irrefutável indicativo de que a Igreja era portadora da “verdadeira” mensagem bíblica.<sup>21</sup>

Nessa interpretação, obviamente, não teria cabimento tomar o atalho da política para amainar qualquer quadro persecutório, independentemente de sua gravidade. A Igreja deveria estar à parte de qualquer forma de conchavo e buscar apoio exclusivamente na força da fé, intercedendo, exclusivamente, a Deus, sem a necessidade de instâncias profanas de exercício de poder.

Mas o autor insistiu nessa diretriz e buscou substanciar sua argumentação, citando exemplos históricos, que deveriam ser considerados no debate sobre a relação da Igreja com a política:

E se alguém duvida da realidade destas duras asseverações, poderemos citar um dos exemplos marcantes, não aqueles do glorioso movimento reformador do século XVI: Inquisição ou “Guerra Santa!...” promovida pela Igreja Católica na Espanha e outros países, com a morte de milhares de cristãos protestantes na fogueira e na tortura, não o exemplo da célebre matança de São Bartolomeu na França, com a morte, numa só noite, de milhares de cristãos protestantes, ou huguenotes ou calvinistas, mas um exemplo atual — o da perseguição dos crentes na Colômbia, sem se falar em Roma ou Portugal. Lancemos, como prova cabal das consequências terríveis advindas da ausência de

---

<sup>21</sup> Gedeon Freire de Alencar (2000, p. 77) faz um interessante apontamento sobre essa característica da AD. Segundo ele, a perseguição foi um elemento “legalizador da comunidade”. Nas palavras desse autor: “Perseguição [para a AD] não é um acidente de percurso, um tropeço na caminhada ou uma dificuldade episódica, mas um acontecimento natural, diria mesmo, necessário para confirmação da mensagem pentecostal. Por que a AD é perseguida? Porque é verdadeira. Em repetidos textos, há o seguinte raciocínio: A Igreja Primitiva dos Atos dos Apóstolos era perseguida? Sim, então a AD também deve ser. Quem perseguia a igreja? Os doutores da lei, os religiosos oficiais, os sábios, os homens do poder, os pecadores. Quem está perseguindo a mensagem pentecostal hoje? Os pastores formados em seminários (batistas, presbiterianos, etc.), os religiosos oficiais (na Suécia, os luteranos; no Brasil, os padres), os sábios (jornalistas), os poderosos

representantes das igrejas evangélicas — ênfase — lancemos o nosso olhar para o noroeste da América Latina, onde ali na Colômbia os nossos diletos irmãos padecem sob as maiores agruras, provações e opressões, impostas por aqueles que estão com a espada da “justiça” nas mãos, a degolar os preceitos da Constituição daquele país, e a sufocar os mais inalienáveis e sacrossantos princípios da liberdade religiosa e secular, simplesmente porque estão estribados numa corrente filosófica diabólica, ou melhor, num credo assassino e perverso, que lhes outorga as múltiplas prerrogativas de usarem e abusarem, como ditam as suas conseqüências entenebrecidas, contanto que tudo lhes saia favorável e os coloque na proeminência de toda grandeza terrestre, não se importando com os enternecedores pedidos de clemência dos seus “inimigos” de causa, os “do contra”, que nos seus calcanhares e nas suas garras sucumbem freqüentemente.<sup>22</sup>

A tentativa de convencimento fez com que Davanzo desse um mergulho na história, pinçando casos em que os protestantes sofreram dura perseguição, ao que complementou com situações contemporâneas na Europa e na América Latina, que eram, a seu ver, exemplos cabais da falta de representantes das Igrejas evangélicas nos postos decisórios. Premissa básica na composição de sua defesa, a “liberdade religiosa” foi por ele explorada como preço a ser pago caso a Igreja se mantivesse fechada à efetiva participação nos círculos políticos.

Essa escolha denota que Davanzo conhecia o calcanhar de aquiles da AD: o temor de que abalos institucionais no país levassem a um regime político que ameaçasse a liberdade de culto. Radicados nesse temor, por exemplo, estavam todos os discursos anticomunistas vocalizados nas pregações e na imprensa assembleiana. Esse ponto é importante, pois a AD sempre viu com bons olhos o combate ao comunismo realizado pelas autoridades do país, a exemplo do que ocorreu no Estado Novo, tudo isso porque o caráter ateu e secularizante da experiência socialista do Leste Europeu era inaceitável e ameaçador.

---

(fazendeiros), os pecadores (bêbados, arruaceiros). Esta é a leitura, como conseqüência da ênfase experiencial anterior, que os assembleianos fazem da perseguição.”

<sup>22</sup> O outro lado da realidade: devemos fugir da política?. *A Seara*, n. 5, p. 7-8, set./out. 1957.

Mas uma coisa era esboçar apoio às ações das autoridades contra os comunistas, outra bem diferente era entrar no embate político propriamente dito, tal como propunha o jovem Américo Davanzo. Ou seja, havia um ponto de interseção entre a preocupação levantada no artigo e o temor da AD, todavia o dissenso residia na proposta de enfrentamento desse problema. Na tradição assembleiana, a militância em favor da liberdade de culto e contra o comunismo não deveria exceder o espaço das pregações e das publicações da Igreja. Nada de meter a Igreja diretamente em campanhas políticas, nem mesmo formar corpo de candidatos que figurassem nos pleitos como representantes da AD; ponto de vista bem diferente do que recomendava Davanzo:

Portanto, como estamos verificando, é impossível a presença de nossos representantes diretos e credenciados, nas Assembléias federal e estaduais, e até mesmo nas câmaras das cidades interioranas, para fazerem valer todos os direitos de igualdade com relação ao cidadão cristão-protestante e o cidadão “cristão” segundo o mundo, na mesma nação, no mesmo estado e na mesma cidade. Elejamos nossos candidatos, equitativamente ao número vantajoso de membros eleitores da igreja e, teremos então, mais posituada e menos temerosa, a marcha evolutiva e gloriosa de nossas igrejas! Assim fortalecidos, diremos mais resolutos e certos: “Brasil, coração do mundo; pátria do Evangelho”.<sup>23</sup>

À diferença do que era correntemente defendido entre o pastorado da AD, o jovem tipógrafo do interior de São Paulo, sem medir as palavras, disse o que talvez muitos líderes de envergadura não teriam coragem de afirmar em um órgão de imprensa oficial da igreja: a AD deveria investir e apoiar candidaturas de membros para as casas legislativas, fossem elas do âmbito federal, estadual e mesmo municipal. Uma proposta bastante inusitada, ainda mais quando apresentada de maneira tão direta, como fez o autor do artigo que, sublinhe-se novamente, não tinha alçada institucional para encampá-la.

A contribuição de Américo Davanzo mostra que a redação de *A Seara* alcançava seu primeiro ano de atividade bem firme no propósito de incentivar a participação mais efetiva da Igreja na política. Contudo, mudanças na composição da redação,

---

<sup>23</sup> Ibid., p. 8.

especialmente com a saída de João Pereira de Andrade e Silva da função de diretor,<sup>24</sup> alterariam a correlação de forças na redação de *A Seara*, escancarando que havia uma bem-articulada oposição àquelas ideias consideradas atentatórias à tradição assembleiana de separação da Igreja dos poderes temporais.

### ***A política ou a guilhotina?***

A saída de João Pereira de Andrade e Silva da redação de *A Seara* foi um complicador para o jovem Joanyr de Oliveira, já que tudo o que ele havia feito no primeiro ano de circulação da revista só tinha sido possível graças ao apadrinhamento do diretor. Com a perda de seu protetor, tudo mudava. Faltava-lhe o préstimo apoio do diretor para manter a revista nos rumos editoriais, que vinham levantando acerbas críticas, e o jovem redator-secretário via-se, cada vez mais, dependente das convicções do substituto de Andrade e Silva. Tudo dependeria de como pensava o novo diretor, pois a investidura desse cargo dava amplos poderes, inclusive para a troca de nomes da equipe editorial. Sem a chancela que vinha de um alto comando da CPAD, o jovem redator-secretário, por seu perfil e suas atitudes, nem mesmo tinha garantias de que encontraria jeito de manter-se no cargo.

No número de novembro/dezembro de 1957, posterior à edição comemorativa de um ano de *A Seara*, já se anunciava, por meio de uma nota, a chegada do substituto de João Pereira de Andrade e Silva. Seu nome era Túlio Barros Ferreira, um pastor recém-chegado dos campos missionários do interior do estado do Acre.

O pastor Barros foi uma proeminente figura nas esferas assembleianas, e não sem razão. Foi dirigente das ADs do Acre, Rondônia, Rio de Janeiro e chegou à presidência da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB) por duas ocasiões, além de ter sido um influente articulista dos periódicos da CPAD. Mesmo assim, à diferença de outros pastores de semelhante estatura institucional, sobre ele há bem poucas informações biográficas disponíveis. Seu nascimento ocorreu em 1921, na cidade de Manaus (AM), e sua conversão à AD foi no ano 1943, quando ainda era funcionário de um estaleiro de construção naval. Assim como boa parte dos neoconvertidos ao pentecostalismo naqueles tempos, teve de enfrentar dura oposição dos familiares, especialmente de seus pais, situação que procurou contornar buscando forças na convicção pessoal de que havia encontrado na tradição pentecostal assembleiana o ambiente adequado para o exercício de sua fé (ARAÚJO, 2007, p. 311).

---

<sup>24</sup> A versão oficial dá conta de que sua saída, em novembro de 1957, deu-se em decorrência da oportunidade que lhe foi aberta para assumir um cargo no Governo Federal, informação difícil de ser verificada, sobretudo porque, em consulta ao *Diário Oficial da União* dos anos 1957 e 1958, não há referência à dita nomeação.

Outro detalhe muito interessante de sua biografia é que, diferentemente da maioria dos jovens que cerravam fileiras em torno da AD, Túlio Barros Ferreira conseguiu chegar a um curso de nível superior e diplomou-se engenheiro agrônomo em uma tradicionalíssima instituição de ensino da capital do estado do Amazonas: a Escola Agrônômica de Manaus (unidade isolada da antiga Universidade de Manaus, atual Universidade Federal do Amazonas – Ufam).

Formado, ainda chegou a ser funcionário do Ministério da Agricultura no Amazonas, ao que informa o *Dicionário biobibliográfico de membros da Academia Evangélica de Letras do Brasil* (MARTINS, 2007, p. 22), mas abandonou a vida profissional precocemente, para dedicar-se com exclusividade aos serviços de sua Igreja. Sua inclinação aos trabalhos missionários e a destacada vocação à liderança chamaram atenção desde seus primeiros passos na AD. Isso explica, por exemplo, a carreira meteórica que o levou da conversão, em 1943, ao pastorado já em 1950 na cidade de Manaus.

Com Túlio Barros figurando como diretor de *A Seara*, o número de novembro/dezembro de 1957 hospedou um editorial que revisitava o debate iniciado por Américo Davanzo meses antes sobre a inserção da Igreja nos domínios da política. A diferença é que agora o assunto não estava mais sendo apreciado por um colaborador, ou seja, não era apenas a opinião de um indivíduo. Ao ganhar as páginas do editorial, o tema revestiu-se de uma aura de institucionalidade, o que aumentava a responsabilidade da redação sobre o que se defenderia ali.

Com o título “Guilhotina para os evangélicos?”, o texto, sem assinatura posicionava-se favorável à participação da Igreja na política, condicionando essa aceitação à própria sobrevivência dos evangélicos como grupo religioso. E o endereçamento do recado ficou bem explícito; falava-se aos líderes da Igreja, como se pode conferir no trecho de abertura:

Esteve em nossas cogitações, antes mesmo que se tornasse realidade o planejado veículo informativo e de orientação, que é este periódico, — cogitávamos dizia, de formular uma advertência aos elementos de responsabilidades mais destacadas em nossa comunidade, no sentido de que, sob um prisma de isenção de ânimo, paixão, sectarismo ou exclusivismo egoísta, se estudasse a posição da Igreja, face às contingências políticas.<sup>25</sup>

---

<sup>25</sup> Guilhotina para os evangélicos?. *A Seara*, n. 6, p. 3, nov./dez. 1957.

De início, é muito interessante a afirmação de que a ideia de promover um debate sobre esse assunto estava nos planos dos editores muito antes da criação da revista, indicando, portanto, que era algo que já os incomodava. É desnecessário dizer que, mesmo estando fora dos quadros da CPAD, na edição de novembro/dezembro de 1957, esse editorial traduzia com exatidão o pensamento de João Pereira de Andrade e Silva e de seu pupilo Joanyr de Oliveira, que ainda ocupava o cargo de redator-secretário. Túlio Barros era um recém-chegado, que tomou o bonde de *A Seara* em pleno movimento.

O vocabulário empregado nesse trecho citado também merece um olhar especial em nossa análise: “isenção de ânimo”, “paixão”, “sectarismo” e “exclusivismo egoísta” eram termos que, de saída, já desqualificavam os que se recusavam a debater o assunto. O problema aí é que muitos dos que poderiam vestir a carapuça de *exclusivista, sectário, apaixonado, parcial, egoísta* eram grandes lideranças que, certamente, não se sentiriam confortáveis em saber que seus membros poderiam, ao ler o editorial, associá-los aos adjetivos nada elogiosos utilizados no texto. Havia, portanto, sérias implicações na escolha desses termos.

Reconhecendo a natureza polêmica do tema que se propunha colocar em apreciação, o redator do editorial afirmou que havia procurado “alguns ministros” da Igreja para sondar-lhes as opiniões. Não houve menção a nomes, o que reforça em muito a tese de que o assunto era tido como uma bomba, da qual todos queriam manter distância segura. Ainda segundo a descrição, um dos ministros consultados de início teria se colocado peremptoriamente contra qualquer aproximação da Igreja com as esferas políticas, mas, em face da argumentação do entrevistador, teria mostrado “bom senso”, declinando dessa reprovação absoluta, pondo limites apenas aos pastores:

Assunto por natureza delicado, recomendou-me a prudência sondasse a opinião de alguns dos nossos ministros, a ver o seu ponto de vista. O primeiro a ser inquerido foi um dos extremamente cautelosos, e se colocou frontalmente contra. Argumentei, e as suas objeções maciças se transmudaram, por fim, uma transigência evidenciadora de bom senso, embora ainda um tanto temerosa. Vetou, apenas, os nomes de pastores, aduzindo que uma vez tratando-se de membro sem função ministerial, mas de bom testemunho, de

conduta exemplar, não via mal em participar êste da vida política nacional.<sup>26</sup>

Não foi apresentado, entretanto, nenhum argumento contrário coletado nas tais consultas, ou mesmo entrevistados que não mudaram de ideia diante da contra-argumentação do entrevistador, opção que deixa claro o grau de engajamento do redator do editorial na causa que estava sendo defendida. Ademais, novamente a adjetivação servia como recado aos opositores. Veja que o ministro, ao mudar de ideia, agiu com “bom senso”, dando a entender que os contrários à proposição do editorial não teriam esse importante atributo.

Nesse esforço de convencimento, foi mencionado o texto de Américo Davanzo, descrito como “talentoso colaborador”. Sobre a colaboração do jovem tipógrafo de Votuporanga, afirmava-se:

O talentoso colaborador desta revista, sr. Américo Davanzo, no artigo inserido no número anterior d’A SEARA, abordava o assunto, fazendo-o, aliás, com muita propriedade, segura dialética, apresentando verdades a que ninguém, de bom senso, pode apresentar palavras discordantes. Um trabalho bem elaborado, em que ataca o problema com um desejo sincero de contribuir a fim de que nos despertemos e saíamos do sono em que despreocupadamente vivemos, com relação ao problema.<sup>27</sup>

A opção argumentativa continuava sendo bastante arrojada, para não dizer atrevida. Primeiro, por recolocar no centro de tão conflituosa arena a imagem do jovem Davanzo, com todas as implicações inerentes à sua condição de um mero membro da Igreja. Segundo, porque novamente o subtexto insistia em uma interpretação na qual os discordantes dos pontos de vista do artigo de Davanzo e do editorial figuravam como indivíduos que não tinham “bom senso”. Destaque para o trecho: “verdades a que ninguém, de bom senso, pode apresentar palavras discordantes”.<sup>28</sup>

Por fim, é impossível não ver certo tripúdio na argumentação quando se lê sobre a necessidade de se sair do “sono profundo” em que “despreocupadamente” viviam alguns em relação ao assunto em discussão. Nesse caso, os opositores não

<sup>26</sup> Ibid.

<sup>27</sup> Ibid.

<sup>28</sup> Ibid.

estavam sendo tratados apenas como pessoas que tinham opiniões divergentes, mas como sonâmbulos alheados das reais demandas impostas pelo momento. E seguia o editorial em seu trajeto eloquente:

Os que se acautelam, com o excesso pernicioso, naturalmente tiveram precioso esclarecimento. Ao “por que é que vamos participar da política, se é o reino dos céus que nos espera?” — a que tantos dão ênfase, foi argumentando que devemos enviar nossos representantes às Casas Legislativas, a fim de que o clero, sempre ardiloso e sedento de domínio, não consiga nos amordaçar — graças a um parlamento submisso aos seus caprichos, em que não hajam vozes a protestar contra um atentado à nossa Magna Carta, que assegura a todos o direito de culto, a liberdade religiosa. Somos cristãos, pertencemos à igreja do Mestre, mas igualmente somos cidadãos da pátria. Como seguidores de Cristo, precisamos fé e amor “às coisas que são de cima”, mas como células de uma nação, cumpre-nos velar pela soberania desta e pela integridade dos princípios em que se estriba nosso regime democrático. Mantermo-nos de braços cruzados, será, não há dúvida, contribuir, com a impassibilidade, para que o Brasil se torne, e breve, uma Espanha onde os evangélicos não podem sequer construir templos para o louvor de Deus; para que a terra da liberdade venha a ser um Portugal, onde se persegue o povo do Senhor; para que a intolerância religiosa faça do Brasil uma Colômbia, cujo torrão está farto de embeber-se do sangue inocente daqueles que aceitam a Jesus como único Senhor e Salvador de suas almas. Devemos, por isso, eleger pessoas idôneas e de caráter reconhecidamente cristão, e enviá-los aos Parlamentos. E com a maior urgência. Reflitamos em que o Vaticano se desespera com a marcha do evangelismo em nossa querida pátria, e muito já tem feito visando a nos amordaçar a todos a fim de nos impedir a proclamação das Boas Novas de Salvação; manobras várias já tem levado a efeito, tendo em mira algemar o povo de Deus, cujas mãos são por êle consideradas maldição, pois

distribuem a santa Bíblia, portadora das sublimes e veementes mensagens libertadoras, que vêm afastando o nosso povo da idolatria. A Palavra Sagrada nos alerta a vigiar e orar. E esta vigilância é extremamente necessária. O descuido poderá custar nossas cabeças, num futuro próximo. Lembrai-vos da hedionda inquisição, que os algozes ainda ousavam chamar de santa.<sup>29</sup>

Perceba-se que, nessa passagem, o editorial retoma vários pontos expostos no artigo de Davanzo, ou seja, também buscou reforçar o chamado à maior participação da Igreja na esfera política, partindo de uma possível ameaça à liberdade de culto que, mesmo assegurada pela Constituição, estaria sendo colocada em risco por conspiratas da Igreja Católica. Não era um chamamento para atuação na política com foco em discussão de temas de interesse social, isso é importante que fique bem claro. Tudo estava voltado à defesa da liberdade religiosa, sintetizada no expressivo título “Guilhotina para os evangélicos?”.

Mas não se pense que essa centralização na dita “liberdade religiosa” fosse minimizar a reprovação dos que se escandalizavam com as propostas de inserção da Igreja na política defendidas em *A Seara*. A AD sempre teve grande receio de que convulsões sociais ou regimes de governo impedissem-na de exercer suas atividades. Isso é fato. Ela própria sempre manteve uma atitude fóbico-persecutória em relação às demais instituições religiosas, colocando-se sempre como vítima de perseguição, especialmente da Igreja Católica e das coirmãs protestantes, o que não a impedia, em uma tremenda contradição, de encampar cerrada ação difamatória de outras vertentes religiosas, como as afro-brasileiras. Essa é, aliás, uma das grandes incoerências que perpassou toda a história assembleiana.

O fato de sentir-se acossada, como já demonstramos, nunca foi motivo para a AD buscar guarida contra seus ditos perseguidores no campo da política, até porque, não poucas vezes, essas perseguições eram tidas como uma prova de que a AD era portadora da verdadeira mensagem e, por isso, como se deu com os primeiros cristãos, tinha de se haver com tantos opositores.

Desse modo, embora o apelo da liberdade religiosa fosse bem forte, ele não era capaz de demover a certeza reafirmada por décadas de que a Igreja não deveria meter-se na política, sobretudo porque os movimentos políticos estavam preocupados com a vida na Terra, enquanto o verdadeiro cristão mirava somente sua vida junto a Cristo no plano

---

<sup>29</sup> Ibid.

celestial. Deve-se destacar que essa dicotomia Céu/Terra era um importante sustentáculo dos que se opunham à aproximação da Igreja com a política, e o editorial, em mais um ato temerário, fez questão de cravar o dedo nessa delicada ferida, revolvendo-a, ao dizer que o maior problema era, exatamente, a ideia de que as “coisas do mundo” não interessavam aos fiéis, considerando a transitoriedade dos cristãos na Terra ante o iminente retorno de Cristo.

O fato é que essa crítica atacava um aspecto muito caro à AD, pois, como já demonstrado na introdução deste artigo, a concepção pré-milenista era elemento central no construto teológico-doutrinário dessa instituição. Mas, para o editorial, os cristãos, embora pertencessem à Igreja de Cristo, eram também cidadãos da pátria; se tinham a obrigação de amar “as coisas de cima”, eram igualmente “células da nação”. E, mais ainda: esse posicionamento foi defendido como necessário para salvaguardar a soberania e a integridade do regime democrático do país.

Nesse ponto, mais uma vez a proposta do editorial atropelava a lógica de atuação da AD, basta lembrar que a preocupação dessa Igreja esteve sempre voltada à garantia de liberdade de culto, em especial seu culto, e não propriamente à manutenção de formas democráticas de governo. Em outras palavras, se um governo se mostrasse autoritário, mas assegurasse o direito de as instituições religiosas continuarem com as portas abertas, como foi o caso de Vargas no Estado Novo, a AD, além de não ver problema, ainda aplaudia muitas atitudes arbitrárias, vendo nisso uma bem-vinda forma de combate à desordem.<sup>30</sup>

Além disso, o editorial, em um verdadeiro contorcionismo exegético, buscou dar lastro bíblico ao que estava sendo defendido a partir de uma conhecida passagem bíblica na qual Cristo afirmava que era preciso vigiar e orar para não cair em tentação. Trata-se de uma passagem do livro de Mateus 26:31, largamente utilizada em pregações e textos apologéticos que tinham o objetivo de alertar os fiéis sobre a necessidade de *vigilância e oração*, para que não fossem tomados de surpresa pelas tentações do mundo (BÍBLIA, 1966). Algo bem diferente do sentido que o editorial quis atribuir ao trecho bíblico, ao utilizá-lo para referendar a atuação da Igreja na política, como se, ao não fazê-lo,

---

<sup>30</sup> De acordo com o pesquisador Bertone de Oliveira Sousa (2015, p. 13), não foi difícil para a AD adaptar-se à lógica do Estado Novo, pois a estrutura interna de gestão verticalista, clientelista e patriarcal assembleiana guardava muitas semelhanças com o modelo estadonovista. Já Gedeon de Alencar (2012, p. 41) indica, até mesmo, que houve certa influência do getulismo no sistema de organização da AD depois dos anos 1940: “Influenciados sobremaneira pelo discurso moralista autoritário do getulismo, surgem Igrejas-sede com seus pastores-presidentes controlando de forma ditatorial as congregações em uma fórmula bem original do ‘peleguismo assembleiano’ mimetizando a Ditadura do Estado Novo.”

estivessem os líderes ignorando o alerta de Cristo sobre a necessidade de manterem-se vigilantes.

De modo geral, esse editorial é historicamente muito significativo, porque nele encontramos uma clara proposta de inserção da Igreja nas esferas políticas, um tipo de opinião que, se não houvesse um periódico com as características de *A Seara*, dificilmente encontraria espaço de veiculação na imprensa assembleiana. Ao abrir suas páginas para esse tipo de assunto, a nova revista estava, portanto, firmando-se como um impresso pioneiro na discussão de um tema do qual havia pouca ou nenhuma margem para debate. Entretanto, esse posicionamento *avant-garde*, mesmo com todos os esforços persuasivos, não passaria incólume pelo crivo da alta liderança da AD. Não é demais recapitular que esse editorial vem na edição em que Túlio Barros já constava como novo diretor da CPAD e da revista, o que poderia levar o leitor de *A Seara* a supor que a mudança na diretoria em nada influenciaria os rumos da revista.

Mas essa hipótese não se confirmaria nas edições posteriores. A chegada de Túlio Barros Ferreira à direção do periódico colocou fim nesse ciclo de editoriais considerados polêmicos, iniciando um novo momento, em que a revista deixaria de fomentar o debate de assuntos controversos para dedicar-se aos serviços de evangelização e de instrução doutrinária e teológica. O anúncio das mudanças foi feito por meio de editorial, ironicamente no mesmo espaço utilizado para alavancar discussões de temáticas que antes de *A Seara* ficavam circunscritas, quando muito, às reuniões das Convenções Gerais. O título escolhido para esse editorial tão emblemático na história da revista — “Novas diretrizes” — traduzia por si só a intenção de mudança, que foi expressa nas seguintes palavras:

### NOVAS DIRETRIZES

Desde que os passos iniciais empreendemos, com esta revista, vem sendo nosso cuidado especial o não deixar de atentar, com a maior consideração, às sugestões dos leitores, e é com subida honra que os atendemos, desde que haja condição para tal. O programa d'A SEARA, ainda que não explicitamente apresentado, de maneira tática o tem sido através dos nossos editoriais, das seções, enfim de tôda a matéria que inserimos em cada número. As diretrizes, nô-las forneceu o ínclito Conselho da Casa Publicadora e nos mantivemos sempre com a maior fidelidade a elas. Notas e assuntos sociais, literatura, questões não estritamente doutrinárias é que estavam sob nossa competência.

Ninguém há de ter argumentos bastantes para nos dissuadir de um princípio, já repetidamente referido aqui: o leitor é quem determina, limitamo-nos a pôr em execução aquilo que êle nos sugere. Evidentemente há limites, há limitações muito naturais e que se afastadas fôssem transmutariam tudo em confusão medonha. A grande maioria daqueles que nos lêem, os pastôres sobretudo, vêm-se dirigindo à Direção da A SEARA e à sua Redação, sugerindo imprimirmos a ela um caráter mais evangelístico, conservando porém as suas características de publicação social, alvo, enfim, a que ela veio após longos anos de espera, em nossa comunidade.<sup>31</sup>

É interessante que se perceba que a proposta de mudança foi justificada como uma medida que atendia às demandas dos leitores, que, de acordo com o editorial, de fato, “determinavam” qual seria o modelo adotado pelo impresso. É também significativo o esclarecimento de que tudo o que era publicado, especialmente editoriais, seções e matérias, seguia com “fidelidade” as diretrizes do Conselho da editora e que, portanto, os assuntos que foram trazidos à discussão pela revista não representavam um ato de insubordinação, nem mesmo de perda de controle por parte da CPAD sobre uma publicação editada oficialmente com o timbre da casa editorial da AD.

Em uma instituição em que a hierarquia e a observância às normas eram tão valorizadas, qualquer suposição de perda de controle sob os impressos poderia desestabilizar não só a CPAD como causar grande impacto na alta liderança representada pela Convenção Geral. É preciso ter em mente que a editora oficial funcionava como voz autorizada, como mediadora primordial na coesão identitária da Igreja e, como tal, tinha de zelar para que nenhum tipo de querela, ainda que elas existissem, ficasse evidenciada aos olhos dos leitores e, sobretudo, do pastorado (ENCARNAÇÃO, 1999).

É aí que estava o problema de *A Seara*, com sua disposição de tratar de assuntos que dividiam opiniões e ainda tomar partido sobre esse tipo de questão, na maior parte das vezes restrita aos debates convencionais. O caso da política é, nesse sentido, flagrante. Daí a proposta de uma “nova diretriz”, que acalmasse os reclamos dos segmentos insatisfeitos com a postura assumida pela revista em seu primeiro ano de circulação. Os pastores eram, pelo que informa o editorial, os que se demonstravam mais insatisfeitos e pediam que a revista assumisse um caráter mais “evangelístico” e “doutrinário”, sem, contudo, perder sua característica de periódico que privilegiava “assuntos sociais”.

<sup>31</sup> Novas diretrizes. *A Seara*, n. 2, Editorial, p. 5, mar./abr. 1958.

O texto informava que algumas cartas foram enviadas a pastores para coletar opiniões sobre a revista e deu destaque à resposta do pastor Elizeu Queiroz, da cidade de Votuporanga/SP (a mesma cidade do jovem tipógrafo Américo Davanzo), que via a necessidade de a revista dar maior espaço a assuntos de evangelização e instrução doutrinária. A teologia deveria ser, para o referido pastor, a “parte principal e mais abundante”, mas sem deixar desaparecer os tópicos literários, educacionais e culturais:

Dirigimo-nos por carta a alguns leitores e entre as respostas é digna de especial destaque a do pastor Elizeu Queiroz, de Votuporanga, São Paulo. Entre outras apreciações, diz-nos: “...Por conseguinte, deve haver n<sup>o</sup>A SEARA evangelismo e doutrina; que seja a teologia a parte principal e mais abundante mas não deve desaparecer por completo a parte literária, educacional e cultural. Isso seria reabrir uma grande lacuna em nossa denominação e deixá-la sofrendo de enorme carência.”<sup>32</sup>

O editorial assumia, de fato, que a revista estava mudando e explicitava quais eram essas mudanças: “tornar-nos-emos mais evangelística e de doutrina, sem deixarmos, todavia, de olhar para os problemas sociais e culturais”.<sup>33</sup> Essa proposta, note-se, dava a entender que, até então, *A Seara* não vinha cumprindo essa dupla função tão central para a Igreja: evangelizar e doutrinar. Por obra do novo diretor, a revista estava passando por uma grande mudança em sua concepção editorial, com o objetivo de ajustá-la aos padrões praticados pela CPAD, padrões esses que *A Seara*, em vários momentos, desconsiderou, ora de forma velada, ora de maneira explícita. Essas alterações, contudo, não resultaram na imediata demissão do redator-secretário Joanyr de Oliveira, elemento reconhecidamente engajado na proposta editorial que se queria ver superada. Joanyr ainda foi apresentado como redator-secretário no emblemático número de março/abril de 1958, que tinha como abertura o editorial “Novas diretrizes”.

Àquela altura dos acontecimentos, o desconforto do jovem Joanyr com o desmonte que estava em curso era insuportável, mas não havia nenhuma chance real de reverter as manobras de Túlio Barros contra o projeto editorial primeiro de *A Seara*. Premido por um concurso de fatores que em tudo ia contra sua permanência na editoria de *A Seara*, Joanyr viu-se compelido a deixar seu cargo em junho de 1958, em um evento

<sup>32</sup> Ibid.

<sup>33</sup> Ibid.

que, se não foi capaz de abalar sua fé, certamente representou um grande trauma em sua trajetória religiosa, como membro da AD, e também no plano pessoal, como militante das letras e da imprensa. Ele deixou seu posto profundamente contrariado e decepcionado com a iniciativa da nova direção, como ficou explícito em sua autobiografia, na qual os opositores de *A Seara* foram chamados de “ultraconservadores ‘Feras’”. Sobre o episódio de sua demissão forçada, ele assim relatou:

A reação dos fanáticos ultra conservadores, tímida a princípio, foi recrudescendo, a “alcunha” de batista (por defender congresso de jovens e educação teológica) e de comunista (pelos que desenterravam sem piedade meu passado e propugnavam sempre por posições antimudancistas) foi ecoando e, por fim, me desestabilizou, apesar das tiragens que colocavam o periódico como o maior dos congêneres em nosso país [...] fui coagido pelo pastor Túlio Barros Ferreira, de São Cristóvão, sucessor do professor João Pereira, a deixar o cargo de editor, em favor de Alcebiades Pereira Vasconcelos, fraternal amigo do novo responsável pela editora. A perseguição era insuportável, e, a esta altura, eu não contava com ninguém que me desse cobertura. Como Amós, só tinha a lamentar o “não ser filho de profeta” (OLIVEIRA, 2008, p. 30-31).

A indignação assomada no relato do ex-redator-secretário de *A Seara* tinha razão de ser, pois todas as esperanças depositadas na revista — como um espaço no qual as letras dos pensadores pentecostais convergiriam em nome de algumas importantes mudanças no modelo pentecostal assembleiano — foram por terra em apenas dois anos. Sem o apoio do amigo e protetor João Pereira de Andrade e Silva, Joanyr teve de aceder ao “convite” feito por Túlio Barros para deixar, em junho de 1958, seu cargo em favor do pastor Alcebiades Pereira Vasconcelos, que, juntamente com um funcionário da CPAD chamado Emílio Conde, tomaria a condução da revista. As palavras de Joanyr não deixam dúvidas quanto ao peso das “injúrias” a que ele foi submetido, tendo de defender-se de acusações sobre sua postura “batista” e tendo de suportar a pecha, ainda pior, de que era um “comunista”.

Em um *e-mail* enviado para o autor deste artigo nos meses que precederam seu falecimento, ocorrido em 5 de dezembro de 2009, Joanyr de Oliveira deixou extravasar toda a sua mágoa, utilizando-se de adjetivos aos quais dificilmente poderia recorrer caso

estivesse redigindo um texto de caráter formal. A Túlio Barros, por exemplo, referiu-se como um indivíduo de “espírito politiqueiro e mau”, que o hostilizou nos últimos tempos em que esteve na redação de *A Seara*:

Por isso e por outras [mencionando as propostas incutidas em *A Seara*] o espírito politiqueiro e mau de um agrônomo-pastor chamado Túlio Barros Ferreira que depois de muita hostilização levou-me a deixar a revista que, desde o primeiro número, foi a de maior tiragem entre as congêneres). Com o coração partido, deixei aquela trincheira contra o obscurantismo (OLIVEIRA, 2009, s.p.).

Nesse mesmo *e-mail*, Joanyr também lembrou as perseguições encampadas por uma poderosa figura da CPAD, o escritor Emílio Conde, que era um respeitado funcionário da Casa editorial assembleiana. Segundo Joanyr, após a saída de João Pereira de Andrade e Silva do cargo de diretor da CPAD, Conde passou a “boicotá-lo”: “Eu era boicotado [por] Emílio Conde, figura exponencial entre os ultraconservadores, que teria impedido a circulação da revista se pudesse. Ele nunca colaborou, com uma linha sequer para o periódico, durante minha gestão” (OLIVEIRA, 2009, s.p.).

Joanyr de Oliveira sentiu-se vítima do fanatismo daqueles que queriam engessar a instituição em fundamentos que, em sua concepção, já se demonstravam desgastados e antiquados. Em sua autobiografia, em claras letras e em tom indisfarçável de protesto, chamou-os “fanáticos” (OLIVEIRA, 2008, p. 175-177).

Com a saída de Joanyr de Oliveira, meses depois que seu companheiro de redação João Pereira de Andrade e Silva também havia deixado a CPAD, inaugurou-se um novo momento na trajetória de *A Seara*. Encerrava-se um rápido mas marcante período da história da imprensa assembleiana, no qual a discussão sobre a inserção da AD na política alcançou, de maneira efetiva e aberta, as páginas de um importante periódico publicado pela editora oficial dessa importante Igreja. João Pereira de Andrade e Silva e Joanyr de Oliveira acabaram sendo punidos pela propagação de ideias que, a partir da década de 1980, seriam adotadas em sua integralidade pela cúpula assembleiana. A inserção da política no temário principal do novo periódico foi uma rápida experiência, mas que deixou fixadas as coordenadas principais que ajudariam no posicionamento estratégico da AD, quando das disputas por espaço no novo ordenamento democrático dos anos 1980 e nas décadas que se seguiram.

## ***Considerações finais***

Amy Erica Smith, cientista política da Universidade Estadual de Iowa, defende uma interessante tese em recentíssimo livro, que analisa a relação entre religião e democracia no Brasil. Para a autora, embora as forças religiosas imbricadas na política tendam, quase sempre, a empurrar seus fiéis para as fileiras da direita, em um sistema político fortemente marcado pela fragmentação partidária como o nosso, essa imbricação das instituições religiosas com a política, após a abertura de 1985, acabou contribuindo para a estabilização da democracia brasileira (SMITH, 2019, p. 170-171).

Visto pelo prisma da participação das lideranças e de seus fiéis nos pleitos e da possibilidade, em um ambiente de esfacelamento dos partidos, de coalisões suprapartidárias, essa desprivatização do movimento pentecostal pela fresta da política pode, sim, ser entendida como elemento relevante em nosso ordenamento democrático, tal como percebido por Amy Smith.

Ocorre que os efeitos colaterais dessa participação são dramáticos, sobretudo porque esses “representantes de deus” — retomando aqui a célebre designação do sociólogo Antônio Flávio Pierucci (1989) — colocam seus mandatos a serviço de uma agenda reacionária miúda, que se expressa no alinhamento a pautas muito paroquiais, como a regulação da vida (da concepção à morte), a ingerência na formulação dos currículos escolares, a defesa do heteropatriarcado ou de benefícios fiscais para as Igrejas, para ser breve nos exemplos (FONSECA, 2019). Além disso, não é demais lembrar que o aumento da força política desses grupos coincide com o recrudescimento dos ataques ao axiológico princípio constitucional de laicidade do Estado, que têm na cínica frase “o Estado é laico, não é ateu”, tantas vezes trombeteada, uma perfeita tradução.

As linhas gerais desse projeto, que se vê em plena execução, encontramos nas amareladas páginas da pioneira *A Seara*, que, como vimos, tentando sobreviver à salva de artilharia pesada dos críticos, em seus primeiros anos de circulação defendeu o uso instrumental da política em prol dos interesses estritos da Igreja na arena democrática, deixando à margem qualquer preocupação com problemas estruturais do país, para os quais os políticos pentecostais poderiam dar sua parcela de contribuição.

Tudo isso nos informa da complexidade e dinamicidade do movimento pentecostal, que, no decorrer do século XX, não só cresceu vertiginosamente como também conseguiu ajustar-se às diferentes conjunturas sociopolíticas. A semente cultivada pelos primeiros editores de *A Seara* em solo pedregoso e hostil demorou a vingar, mas rebentou em frondosa árvore sobeja em ramificações e cuja sombra, nesses dias que correm, já obscurece tantas áreas sensíveis e essenciais para a manutenção de nossa democracia.

## Referências

- ABREU, Alzira Alaves. Revisitando os anos 1950 através da imprensa. In: BOTELHO, André Pereira; BASTOS, Elide Rugai; BÓAS, Glauca Villas (Org.). *O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008. p. 211-236.
- ALENCAR, Gedeon Freire de. *Assembleias Brasileiras de Deus: teorização, história e tipologia – 1911-2011*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências da Religião), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Todo poder aos pastores, todo trabalho ao povo, todo louvor a Deus: Assembleia de Deus – origem, implantação e militância (1911-1946)*. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2000.
- ALMEIDA, Abraão de. *História das Assembleias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, 1982.
- ARAÚJO, Isael de. *Dicionário do movimento pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007.
- BÍBLIA. N. T. Mateus, 26, 31. In: BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada: contendo o Antigo e o Novo Testamento*. Tradução: João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1966.
- BOTELHO, André Pereira. Uma sociedade em movimento e sua intelligentsia: apresentação In: BOTELHO, André Pereira; BASTOS, Elide Rugai; BÓAS, Glauca Villas (Org.). *O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008. p. 15-23.
- BOYER, Paul. The growth of fundamentalist apocalyptic in the United States. In: MCGINN, Bernard; COLLINS, John J.; STEIN, Stephen J. (Ed.). *The continuum history of apocalypticism*. Nova York: Continuum International Publishing Group, 2003. p. 516-544.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: um longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CARVALHO, Osiel Lourenço de. Pentecostalismo na esfera pública: a participação das Assembleias de Deus na política partidária brasileira. *Azusa: Revista de Estudos Pentecostais*, v. V, n. 1, p. 4, 2014. Disponível em: <[http://www.ceeduc.edu.br/azusa\\_r\\_estudos.php](http://www.ceeduc.edu.br/azusa_r_estudos.php)>. Acesso em: 16 abr. 2016.
- CONDE, Emílio. *História das Assembleias de Deus no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2005.
- CORREA, Marina Aparecida Oliveira dos Santos. Igrejas Assembleia de Deus no Brasil: cem anos de “laços fraternos” e sem unidade no centenário. In: FONSECA, André Dione; MARIN, Jéri Roberto (Org.). *Olhares sobre a Assembleia de Deus*. 1. ed. Campo Grande: UFMS, 2015. v. 1, p. 99-129.

- D'AVILA, Edson. *Assembleia de Deus no Brasil e a política: uma leitura a partir do Mensageiro da Paz*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião, Curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2006.
- ENCARNAÇÃO, Maria Amélia Dantas. *Imprensa pentecostal: a produção de uma identidade religiosa*. 1999. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- FERNÁNDEZ, Celso Almuíña. Prensa y opinión pública La Prensa como fuente histórica para el estudio de la masonería. In: BENIMELI, José Antonio Ferrer (org.). *Masonería, política y sociedad*. Zaragoza: Centro de estudios históricos de la Masonería española, 1989. p. 245-279.
- FICO, Carlos. O Brasil no contexto da guerra fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento (1946-1964). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira: a grande transação*. São Paulo: Senac São Paulo, 2000. v. 2, p. 163-182.
- FONSECA, André Dioneu. História e pentecostalismo. In: REIS, Tiago Siqueira et al. (Org.). *Coleção história do tempo presente*. 1. ed. Boa Vista: UFRR, 2019. v. 1, p. 27-45.
- \_\_\_\_\_. Informação, política e fé: o jornal *Mensageiro da Paz* no contexto de redemocratização do Brasil (1980-1990). *Revista Brasileira de História*, v. 34, p. 279-302, 2014.
- \_\_\_\_\_. “*Temei a Deus, honrai ao Rei?*”: revista *A Seara* e os (des)caminhos do debate sobre a relação Igreja/política na imprensa assembleiana (1956-1980). 2017. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- FRESTON, Paul. Breve história do pentecostalismo brasileiro, 1994. In: ANTONIAZZI, Alberto. *Nem anjos nem demônios: uma interpretação sociológica do pentecostalismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 78.
- \_\_\_\_\_. Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao *impeachment*. 1993. Tese (Doutorado em Sociologia) – IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Religião e política, sim; Igreja e Estado, não*: os evangélicos e a participação política. Viçosa: Ultimato, 2006.
- LOPES, José Sérgio Leite. Trajetórias de fundadores de sindicatos operários em situação de dominação produtiva e territorial. In: LOPES, José Sérgio Leite; CIOCCARI, Marta (Org.). *Narrativas da desigualdade: memórias, trajetórias e conflitos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2013. v. 1, p. 55-75.

- MARTINS, Mário Ribeiro. *Dicionário biobibliográfico de membros da Academia Evangélica de Letras do Brasil*. Goiânia. Kelps, 2007.
- MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando Antonio. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando Antonio; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4, p. 559-658.
- MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Protestantes, pentecostais & ecumênicos: o campo religioso e seus personagens*. 2. ed. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2008.
- OLIVEIRA, Joanyr. *As Assembléias de Deus no Brasil: sumário histórico ilustrado*. Rio de Janeiro: CPAD, 1997.
- \_\_\_\_\_. *E-mail* enviado por Joanyr de Oliveira, em 3 de agosto de 2009.
- \_\_\_\_\_. *Memorial do sobrevivente: autobiografia e poemas*. Brasília: ALB, 2008.
- PIERUCCI, Antonio Flavio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo: Vértice/Anpocs, p. 104-132, 1989.
- POPKIN, Richard Henry. Introduction to the millenarianism and messianism series. In: GOLDISH, Matt; POPKIN, Richard Henry (Ed.). *Jewish messianism in the early modern world*. Dordrecht, Netherlands: Kluwer Academic, 2001. p. VII -XIV.
- SCHNEIDE, Gregory L. *The conservative century: from reaction to revolution*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2009.
- SMITH, Amy Erica. *Religion and Brazilian democracy: mobilizing the people of God*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- SOUSA, Bertone de Oliveira. *Fé e dinheiro: o pentecostalismo da prosperidade e a redefinição do protestantismo no Brasil*. 1. ed. Jundiá: Paco Editorial, 2015.
- STEIN, Stephen J. Apocalypticism outside the mainstream in the United States. In: MCGINN, Bernard; COLLINS, John J. STEIN; Stephen J. (Ed.). *The continuum history of apocalypticism*. Nova York: Continuum International Publishing Group, 2003. p. 493-515.